



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

09/04/2016 ATÉ 09/04/2016



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	EXECUÇÕES PENAIS	
	2.1 SITE ASMOIMP COM DUDUZÃO.....	2
3	JUIZES	
	3.1 BLOG MANOEL SANTOS.....	3
	3.2 SITE ATOS E FATOS.....	4
4	SINDJUS	
	4.1 BLOG ATUAL 7.....	5

Inércia de Flávio Dino leva Sindjus a buscar perdas inflacionárias no CNJ

Durante a reunião também foi cobrado a destinação de pelo menos de 50% dos cargos comissionados do TJ-MA para servidores efetivos

09/04/2016 10h59min - Atualizado em 09/04/2016 11h06min

ATUAL7

Diante da inércia do governador Flavio Dino (PCdoB) em garantir suplementação orçamentária ao Tribunal de Justiça para pagamento das perdas inflacionárias, Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) e outros direitos dos servidores, uma comissão do Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) do Estado do Maranhão esteve reunida, na quinta-feira 7, com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lélvio Bentes Corrêa, membro do Conselho Nacional do Justiça (CNJ).

Representando o Sindjus-MA, participaram da audiência o presidente Aníbal Lins, o diretor de Imprensa Artur Filho e o técnico judiciário Cláudio Sampaio. A audiência teve a participação ainda da assessora jurídica da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Danielle Xavier.

Na reunião, foi tratado ainda do Procedimento de Controle Administrativo (PCA) n.º 0002493-86.2014.2.00.0000, no qual o sindicato cobra a destinação de pelo menos de 50% dos cargos comissionados do TJ-MA para servidores efetivos. No CNJ, Bentes atua como relator do PCA.

Os representantes do Sindjus-MA pediram ao conselheiro tratamento urgente e preferencial para o julgamento da matéria no CNJ. Ou que, alternativamente, seja convocada uma audiência de conciliação para buscar uma solução para o problema. “Com a adoção da quota de 50% de servidores efetivos nos cargos de chefia, direção e assessoramento, o Tribunal de Justiça do Maranhão reduziria suas despesas com excesso de pessoal, o que permitirá o remanejamento de recursos orçamentários para garantir direitos básicos dos servidores efetivos, como, por exemplo, o pagamento da GPJ e das perdas inflacionárias”, explicou Aníbal Lins, presidente do Sindjus-MA.

Bentes foi muito simpático e receptivo ao pleito dos sindicalistas maranhenses, e se comprometeu em dar prioridade ao caso.

Gogó

Há quase um mês os servidores aguardam o pronunciamento de Flávio Dino acerca da suplementação orçamentária do Judiciário que irá garantir o pagamento das perdas inflacionárias e outros direitos

DIVULGAÇÃO

REUNIÃO IMPRODUTIVA

Há quase um mês os servidores aguardam o pronunciamento de Flávio Dino acerca da suplementação orçamentária do Judiciário que irá garantir o pagamento das perdas inflacionárias e outros direitos

Em 16 de março deste ano, o presidente do TJ-MA, desembargador Cleones Cunha, esteve reunido com o

governador Flávio Dino e com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Humberto Coutinho (PDT), para apresentar o pedido de suplementação orçamentária para o Judiciário maranhense, e para que compromissos como a Gratificação por Produtividade Judiciária, a correção do valor do auxílio saúde, alimentação e saúde sejam honrados, além de garantir o pagamento das perdas inflacionárias aos servidores.

Durante o encontro, Dino se comprometeu de responder o pedido de Cleones Cunha no prazo de 15 dias, dando o seu pronunciamento sobre as demandas apresentadas pelo presidente do Judiciário maranhense. Até hoje porém, a promessa ficou no gogó.

“Mas, após quase um mês, o encontro parece não ter surtido efeito algum. Os servidores permanecem sem respostas concretas e satisfatórias por parte do governador e da Administração do Tribunal de Justiça. Porém, os magistrados já têm praticamente garantidos 16,38% de reajuste dos seus subsídios, índice muito acima da inflação do período. Por esse motivo, estamos apresentando para o Tribunal uma fonte alternativa de recursos para pagamento das perdas inflacionárias, GPJ e outros direitos dos servidores, que é a redução dos cargos comissionados no Judiciário Estadual”, disse Aníbal Lins.

Justiça suspende resultado de processo seletivo em Cajapió

09/04/2016 10:36:54

Uma decisão judicial assinada ontem pelo juiz Luiz Emílio Bittencourt, titular de Olinda Nova do Maranhão e respondendo por São Vicente Férrer, determina a suspensão do resultado de processo seletivo público realizado em Cajapió, termo judiciário de São Vicente Férrer. O certame, realizado pela Prefeitura de Cajapió, visava ao preenchimento de nove vagas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, além de formação de cadastro de reserva.

Ressalta a ação civil pública formulada pelo Ministério Público que o seletivo foi realizado em duas etapas: provas objetivas e curso introdutório de formação inicial e continuada. As vagas foram definidas como sendo 02 para a sede do Município e 07 para os povoados, restando 27 para formação de cadastro de reserva. Informa que vários candidatos foram até a promotoria em Cajapió, com o objetivo de denunciar supostas fraudes no seletivo.

Entre supostas irregularidades, alguns candidatos aprovados no seletivo não teriam domicílio na área/região para a qual se inscreveram, o que contraria o edital, a exemplo da esposa e do cunhado do Secretário Municipal de Saúde, citados na decisão. Outro fato relatado foi a quantidade de parentes do Prefeito (irmã e prima) e do Secretário de Saúde de Cajapió aprovados no certame, além da esposa do Secretário de Administração.

Diante desses fatos o MP enviou ofício ao Município de Cajapió, que informou: que a esposa e o cunhado do Secretário de Saúde seriam desclassificados; que os parentes do Prefeito e dos secretários de saúde de administração foram aprovados de forma legal. Entretanto, foi verificado que após resultado da 2ª fase do concurso, os referidos candidatos continuaram como classificados no seletivo, fato que, segundo o MP, violaria os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e isonomia.

Ao formular a decisão, o magistrado citou itens constantes do edital que foram desrespeitados, entre os quais, o que versa sobre a necessidade de o candidato residir na área geografia para qual se inscrever. O procedimento de nomeação obedece à mesma exigência, com a necessidade de apresentação do comprovante de residência. "Há diversos indícios que incorrem em suspeita de favorecimento a diversos candidatos, em especial o grande número de parentes de autoridades municipais aprovados no seletivo", destacou o magistrado na liminar.

Diante do exposto, a Justiça decidiu suspender imediatamente os efeitos do resultado final do processo seletivo para Agente Comunitário de Saúde de Cajapió, com a aplicação de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. O réu fica, de imediato, citado para apresentar defesa.

Polícia Militar prende homem com dois Mandados de Prisão

09/04/2016 00:00:00

O trio Dauvane, Neymison e Rangel fizeram a prisão na noite de sexta feira um elemento com dois Mandados de Prisão, Luan Campos Silva, o mesmo responde pelas praticas de assaltos, furtos e tentativa de homicídio, crimes praticados em São Luis, Luan esta residindo em Imperatriz na área do grande Santa Rita, segundo o policial Dauvane Luan é suspeito de ter feitos assaltos e arrombamento, ele foi apresentado no Plantão Central, na manhã de sábado será levado para CCPJ, onde ficará aguardando sua remissão para capital. Fonte :blog notícia da foto.

Promotores de justiça e juízes fazem vistoria a unidade prisional de Pinheiro é vistoriada por

09/04/2016 13:16:34

Uma comissão formada por promotores de justiça e juízes que atuam na região da Baixada Maranhense, realizou vistoria, no dia 7 de abril, na Unidade Prisional de Pinheiro, com o objetivo de conhecer as instalações do estabelecimento, recém-construído, e tomar conhecimento sobre as demandas dos presos.

Participaram da inspeção os promotores de justiça Alessandra Darub (São Vicente Férrer) e Ariano Aguiar (Cedral). Também estiveram presentes os juízes Tereza Cristina Palhares (Pinheiro), Rodrigo Nina (Santa Luzia do Paruá), Douglas Lima (Cururupu), Adriana da Silva Chaves de Melo (Bequimão), Michelle Amorim Souza (Cedral), além dos diretores e da advogada do presídio.

A unidade prisional de Pinheiro tem capacidade para receber 308 presos. No momento da vistoria, encontravam-se no local 169 detentos. O presídio de Pinheiro foi construído para receber somente presos do sexo masculino, sentenciados em municípios da Baixada Maranhense.

O estabelecimento possui modernas instalações de segurança. No parlatório, por exemplo, a comunicação é realizada via telefone, separada com vidro.

Em todo o presídio foram instaladas câmeras que gravam a movimentação no local. A sala de vídeo monitoramento funciona 24 horas por dia, ajudando a detectar os problemas em tempo real e auxiliando o trabalho dos agentes penitenciários.

No contato com os presos, houve reclamação da carência de itens de higiene. Sobre a questão, a diretoria do presídio informou que a unidade ainda está em processo de implantação.

Foi constatada igualmente a urgente necessidade de atendimento médico, porque alguns presos estão doentes. Os promotores de justiça e juízes também chegaram a um consenso sobre a necessidade de adoção do sistema de vídeo conferência para realizar audiências com os presos. Além da segurança, tal medida poderá diminuir significativamente as despesas com deslocamento de presos, além de reduzir o risco de fugas.

Corregedoria da Justiça participa da 23ª Ação Global com casamento comunitário e registro civil

09/04/2016 06:30:00

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) deu início aos preparativos para a participação na 23ª Ação Global Nacional, que acontece no dia 21 de maio, no campus universitário da UFMA, com a prestação de relevantes serviços de fortalecimento da cidadania nas áreas de documentação civil, saúde, educação, lazer e cultura.

O posto da Corregedoria vai oferecer, gratuitamente, inscrição para o próximo casamento comunitário a ser realizado no termo judiciário de São Luís e expedição de registro civil de nascimento, além de informações sobre os projetos especiais da Justiça de 1º grau.

Servidores da CGJ-MA vão orientar sobre os projetos "Reconhecer é Amar", de incentivo ao reconhecimento da paternidade; "Jurado Voluntário", de estímulo à participação no júri popular e "Construindo a Justiça" - esse último lançado pela atual gestão da Corregedoria, que possibilita a qualquer pessoa apresentar propostas para gestão estratégica da Justiça estadual.

A Ação Global é promovida em parceria pelo Sistema FIEMA/SESI com a Rede Globo, anualmente, em todos os estados, desde 1993, aglutinando serviços de instituições públicas e privadas, tendo como foco o fortalecimento da qualidade de vida, por meio de soluções integradas de promoção de saúde, segurança do trabalho, educação, lazer, saúde, esporte, cultura e cidadania à população.

Segundo informações da diretoria regional do SESI/FIEMA, na edição da Ação Global de 2015 foram feitos 174 mil atendimentos. As ações serão realizadas no mesmo local do ano passado: campus da UFMA - Edifício Paulo Freire - Pavilhão da Cidadania.

Informações sobre os projetos especiais da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão podem ser fornecidas pelo Telejudiciário - 0800-707-1581. A ligação é gratuita.

POSTLINK%%